



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

08

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 192253-8/01 - Recife (4ª Vara da Fazenda Pública)

Recorrente : Fundação de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Recorridas : Aderiza Diamantina Santana e Outros

Relator : Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

ACÓRDÃO

08

EMENTA: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO EXTENSIVO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GERAL ART. 40, § 7º E 8º, DA CF/88. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

2. A gratificação de risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, haja vista que consubstancia vantagem inerente a todo o efetivo da Polícia Militar em decorrência da atividade fim da corporação, conforme disposto nos parágrafos 7º e 8º do art. 40 CF/88, há de ser paga também aos militares reformados ou transferidos para a reserva remunerada, bem como a seus pensionistas.

2. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 192253-8/01, da Comarca de Recife, em que figuram, como Recorrente, A Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE e, como Recorrida Aderiza Diamantina Santana e Outros,

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao Recurso de Agravo em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 07 de fevereiro de 2010.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

129

08

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 192253-8/01 - Recife (4ª Vara da Fazenda Pública)

Recorrente : Fundação de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Recorridas: Aderiza Diamantina Santana e Outros

Relator : Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

08

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pela Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - Funape em face de Aderiza Diamantina Santana e Outros, impugnando decisão terminativa da lavra desta Relatoria originária exarada nos autos da Apelação Cível nº 192253-8, em apenso.

A decisão questionada (fls. 228/232 dos autos em apenso) deu, monocraticamente, provimento parcial ao reexame necessário, com fulcro no artigo 557 do Código de Processo Civil e 74, inciso VIII do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, apenas para incluir no pagamento das pensões das recorridas a gratificação de risco de Policiamento Ostensivo, no mais, manteve, em sua integralidade, a sentença (fls. 170/171 dos autos em apenso) exarada pelo Juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública que julgou improcedente o pedido autoral referente às gratificações de "jornada extra de segurança" e de "risco de atividade de defesa civil".

Nas razões do Recurso do Agravo o recorrente aduz que a gratificação de risco de Policiamento Ostensivo é uma verba típica de servidores ativos, cuja incorporação aos proventos é vedada, não se estendendo aos policiais militares inativos e pensionistas.

Pugna pela retratação da decisão vergastada e, caso assim não proceda essa Relatoria, seja o presente recurso levado a julgamento perante a competente Câmara para que se lhe dê provimento, com o conseqüente seguimento do Apelo em apenso.

É o relatório.

VOTO

Mantenho a mesma persuasão que serviu de esteio a esta Relatoria ao proferir a decisão ora vergastada, ante as argumentações a seguir expendidas.

É que a gratificação de risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

130

08

de gratificação de caráter geral, haja vista que consubstancia vantagem inerente a todo o efetivo da Polícia Militar em decorrência da atividade fim da corporação, conforme disposto nos parágrafos 7º e 8º do art. 40 CF/88, há de ser paga também aos militares reformados ou transferidos para a reserva remunerada, bem como a seus pensionistas.

É o que dispõe o art. 2º da LEC nº 59/04 acerca da gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo:

"art. 2º - O Serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade fim da Polícia Militar e abrange as ações de segurança pública preventivas e ostensivas, com vistas à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no art. 24 da Lei nº 11.328/96".

Por fim, todo o mérito debatido nestes autos, resume-se nestes dois julgados, proferidos pela 7ª e 8ª Câmara deste Tribunal;

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DECISÃO TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. INTEGRALIDADE DE PENSÃO POR MORTE. ART. 40 CF/1988. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. POSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO DE JORNADA EXTRA. PROPTER LABOREM. IMPOSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL. BOMBEIROS MILITARES. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Pleiteia-se a o pagamento das pensões por morte nos valores que seriam devidos aos ex-servidores caso em atividade, incluindo-se as gratificações de Jornada Extra, de Risco de Policiamento Ostensivo, bem como a de Risco de Atividade de Defesa Civil.
2. A Gratificação de Jornada Extra de Segurança se refere à realização de trabalhos específicos, caráter propter laborem, portanto, inextensível aos inativos.
3. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, tem caráter de generalidade, de tal forma que deve ser estendida aos inativos.
4. Quanto à Gratificação Risco de Atividade de Defesa Civil, encontra-se prevista na Lei Complementar nº 059/2004, cujo art. 12 dispõe que tão-somente se aplica aos bombeiros militares que cumprirem determinados requisitos. Não é o caso.
5. Recurso conhecido e parcialmente provido - À Unanimidade.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

131

08

Recurso de Agravo nº 154.407-2/01, Sétima Câmara do Tribunal de Justiça de Pernambuco. DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO - Relator.

CONSTITUCIONAL. PRELIMINAR DE VEDAÇÃO DE CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA REJEITADA DE FORMA UNÍSSONA. MÉRITO. GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO DE RISCO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. GRATIFICAÇÃO DE JORNADA EXTRA DE SEGURANÇA. NATUREZA PROPTER LABOREM. NÃO EXTENSÍVEL A PENSIONISTAS E INATIVOS. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Não há óbice legal para a concessão de tutela antecipada em face da Fazenda Pública, uma vez que a pretensão da agravada não é relativa à reclassificação, equiparação ou aumento salarial de servidores públicos, requerendo tão somente a reposição dos valores que estariam sendo pagos a menor em seus proventos, não indo de encontro com as vedações previstas na Lei nº 9.494/97. 2. Preliminar de óbice à concessão de tutela antecipada em face da Fazenda Pública à unanimidade rejeitada. 3. Mérito. 4. A Gratificação de Jornada Extra de Segurança, instituída pelo Decreto Estadual nº 21.558/99, somente é devida aos policiais militares da ativa que preencham determinadas condições, ostentando natureza propter laborem e não sendo extensível aos pensionistas e inativos. 5. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela LC Estadual nº 59/04, por se tratar de gratificação de caráter geral, consubstanciando vantagem inerente a todo efetivo da Polícia Militar em decorrência da atividade fim da corporação, conforme disposto nos §§ 7º e 8º do art. 40 da CF/88, há de ser paga também aos militares reformados ou transferidos para reserva remunerada, bem como aos pensionistas. 6. Agravo parcialmente provido. 7. Decisão unânime. 22/1/2009. 8ª Câmara Cível. Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto.

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. INCORPORAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES EXTRA DE SEGURANÇA E POLICIAMENTO EXTENSIVO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. ART. 40, § 5º, DA CF/88. TUTELA ANTECIPADA. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA DE NATUREZA ALIMENTAR. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Em se tratando de matéria de benefício previdenciário, por sua natureza alimentar, não se aplicam os óbices legais à concessão de liminares contra a Fazenda Pública. 2. No caso, a gratificação estendida e mantida aos proventos da recorrida é a concernente ao Policiamento Ostensivo». 3. Com relação, a gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga aos pensionistas e inativos. 4. Recurso de agravo regimental improvido, por unanimidade. Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

132

08

Ante todo o exposto, não tendo as argumentações do agravante infirmado os fundamentos da decisão impugnada, voto pelo não provimento ao presente recurso.

Recife, 07 de fevereiro de 2010.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator